



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31
www.itaotec.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos as Demonstrações Contábeis da ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC ("Itaotec"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os

Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS (em milhares de Reais)
A Itaotec apresentou, ao final do exercício de 2023, lucro de R\$94.877 e patrimônio líquido de R\$95.050.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$137.519 representado, substancialmente, pelo montante em Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 5) e Créditos com precatórios (Nota 7).
São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.209	56.213	Fornecedores		1.523	1.378
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		1.700	569	Obrigações com pessoal		4	13
Outros tributos a compensar		-	46	Outros tributos a recolher		124	167
Outros ativos	6	414	2.906	Dividendos	11.3	21.308	-
Total Circulante		35.323	59.734	Total Circulante		22.959	1.558
Não Circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo		102.196	6.212	Provisões	10	17.139	40.560
Depósitos judiciais	8	3.196	3.606	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	690	686
Créditos com precatórios	7	98.424	2.056	Outros tributos diferidos		255	310
Outros ativos	6	576	550	Outros passivos	6	1.426	1.351
Total não Circulante		102.196	6.212	Total não Circulante		19.510	42.907
TOTAL DO ATIVO		137.519	65.946	TOTAL DO PASSIVO		42.469	44.465
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	11.1	26.641	26.641
				Reservas de lucros	11.2	68.409	-
				Prejuízos acumulados		-	(5.160)
				Total do Patrimônio Líquido		95.050	21.481
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.519	65.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(4.719)	(8.608)
Outras receitas e despesas	13	(17.562)	(11.333)
Total das receitas e despesas operacionais		(22.281)	(19.941)
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		(22.281)	(19.941)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	82.310	29.474
Despesas financeiras	14	(13.049)	(18.303)
Total do Resultado Financeiro		69.261	11.171
Lucro (Prejuízo) antes dos Tributos sobre o lucro		46.980	(8.770)
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	-	(15.106)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	47.897	15.277
Total dos Tributos sobre o Lucro		47.897	171
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		94.877	(8.599)
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)		11.072	11.072
Lucro líquido (Prejuízo) por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		8,57	(0,78)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.641	2	50.446	-	77.089
Transações com os acionistas					
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(47.009)	-	(47.009)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.599)	(8.599)
Absorção de prejuízo com reservas	-	(2)	(3.437)	3.439	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	26.641	-	-	(5.160)	21.481
Saldo em 31 de dezembro de 2022	26.641	-	-	(5.160)	21.481
Lucro líquido do exercício	-	-	-	94.877	94.877
Destinação do lucro					
Reserva legal	-	-	4.486	(4.486)	-
Dividendos do exercício	-	-	-	(21.308)	(21.308)
Reservas estatutárias	-	-	63.923	(63.923)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.641	-	68.409	-	95.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	94.877	(8.599)
Total de Resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado abrangente	94.877	(8.599)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para reconciliação do lucro líquido			
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		46.980	(8.770)
Provisões		978	2.022
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		(73.655)	(1.608)
Programa Litígio Zero	10.1.1 (i)	46.679	-
Créditos com precatórios	7	(35.616)	(677)
Perda estimada para créditos com precatórios	7	12.768	10.252
		(1.866)	1.219
Varições nos Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		2.120	14.374
(Aumento) Redução em Outros ativos		3.918	83.210
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		1.178	(15.616)
Aumento (Redução) em Fornecedores		145	(15.140)
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		(9)	-
Aumento (Redução) em Outros passivos		(26.653)	(6.064)
		(21.167)	61.983
Caixa proveniente das operações		(21.167)	61.983
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		(1.837)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(23.004)	61.983
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	11.3.2	-	(59.660)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-	(59.660)
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		(23.004)	2.323
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		56.213	53.890
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		33.209	56.213
		(23.004)	2.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Itaotec S.A. - Grupo Itaotec ("Companhia" ou "Itaotec") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Itaúsa S.A. ("Itaúsa"), constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.
A Companhia tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e na prestação de serviços.
A Itaotec não é mais uma empresa operacional e a Administração da Itaúsa, na qualidade de acionista controladora da Itaotec, se necessário, poderá prover suporte financeiro à Companhia no intuito de garantir o cumprimento de suas obrigações.
Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade
As Demonstrações Contábeis da Itaotec foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Itaotec de cumprir com suas obrigações. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Itaotec na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.
A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da Itaotec.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos em contrapartida do Resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.
Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.
As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Perda esperada de créditos com precatórios (Nota 7);
- Reconhecimento dos tributos diferidos (Notas 3.3 e 9); e
- Provisões, Ativos e Passivos contingentes (Notas 3.4 e 10).

2.5. Adoção das normas de contabilidade revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o CPC emitiu novas revisões às normas já existentes.

2.5.1. Normas e interpretações revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2023

No exercício de 2023 a Itaotec adotou as revisões relacionadas abaixo as quais não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: Esclarece a distinção entre mudanças de estimativas, mudança de políticas e correção de erros, além de esclarecer como as entidades utilizam técnicas de mensuração para desenvolver estimativas contábeis.
- CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Divulgação de políticas contábeis): Fornece orientação para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades na divulgação de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito de divulgação de políticas contábeis "significativas" por um requisito de divulgar políticas contábeis "materiais". Neste sentido, a Itaotec revisou suas políticas contábeis e manteve apenas aquelas julgadas materiais, conforme nota 3.
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Especifica que as transações como arrendamentos e obrigações de desativação não estão isentas de não registrar ativos e passivos diferidos nos seus reconhecimentos iniciais, ou seja, as entidades estão obrigadas a reconhecer tributos diferidos ativos e passivos, mesmo que iguais, sobre essas transações.

2.5.2. Normas e interpretações revisadas e não adotadas

As revisões de normas abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não se encontram vigentes em 31 de dezembro de 2023. A Itaotec não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.
Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2024:

- Alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (Acordos de Financiamento de Fornecedores).
- Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback").
- Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Classificação de passivos entre Circulante e Não circulante e Passivos Não circulantes com covenants).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações são as seguintes:

- Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
- Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do resultado.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

3.1.3. Valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A Companhia classifica as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e/ou passivos idênticos;
- Nível 2:** preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3:** preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A Companhia entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R\$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Tributos sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no Não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Na determinação dos tributos diferidos, a Companhia avalia o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolve uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

(Continua)



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

www.itaute.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, e considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 - Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

A Companhia não está exposta a risco significativo em relação à oscilação de taxas de câmbio.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a Companhia sofra perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar os melhores mecanismos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e, para os fundos de investimento, com resgate garantido pelos bancos emissores pelo valor da quota no dia de resgate.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apresenta risco significativo de oscilação nos saldos em decorrência de variação de taxas de juros (indexadores).

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

A Companhia realiza a gestão de seus recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Fornecedores	1.523	-	1.523
Obrigações com pessoal	4	-	4
Dividendos	21.308	-	21.308
Outros débitos	-	1.426	1.426
	22.835	1.426	24.261

4.3. Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possibilidade de resgate imediato.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	34	633
Aplicações financeiras	33.175	55.580
Total	33.209	56.213

6. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros ativos					
Adiantamento para funcionários	9	33	-	-	-
Ativos de plano de aposentadoria (Plano BD)	16.1.2	-	2.287	-	-
Despesas antecipadas	213	402	192	-	-
Outros ativos	192	184	384	-	550
Total	414	2.906	576	550	550
Outros passivos					
Honorários advocatícios	-	-	1.278	-	1.202
Compromisso com ex-acionistas	6.1	-	-	148	149
Total	-	-	1.426	1.351	1.351

6.1. Compromisso com ex-acionistas

Consoante Fatos Relevantes divulgados em 25 de fevereiro de 2019 e em 29 de março de 2019, bem como Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da Itaútec por sua controladora Itaúsa, aprovado pelas Assembleias Gerais de ambas companhias em 30 de abril de 2019, a Itaútec comprometeu-se a pagar, aos titulares de ações ordinárias de sua emissão com posição acionária final na data-base de 25 de fevereiro de 2019, eventuais valores auferidos no âmbito de determinadas Pretensões Judiciais, conforme definidas no referido Protocolo, na proporção da participação de cada acionista no capital social da Itaútec, caso o seu recebimento ocorresse em 3 anos a contar de 25 de fevereiro de 2019.

Considerando a celebração de Acordo com as empresas LG, Philips e Technicolor (Nota 10.3.2.1), nos exercícios de 2021 e 2022, a Companhia realizou pagamentos a seus ex-acionistas, conforme estabelecido acima. O saldo remanescente decorre do não pagamento aos ex-acionistas com dados cadastrais desatualizados, cuja obrigação pela Itaútec prescreverá em 5 anos a contar da referida disponibilização do crédito.

7. CRÉDITOS COM PRECATÓRIOS

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Federal - PIS e COFINS	10.3.2.2	96.144	-
Estadual - ICMS/SP atualização de saldo credor	7.1	89.787	77.019
Demais precatórios	-	2.280	2.056
(-) Provisão para perdas	7.1	(89.787)	(77.019)
Total	-	98.424	2.056

7.1. Estadual - ICMS/SP atualização de saldo credor

Refere-se a decisão judicial transitada em julgado reconhecendo à Itaútec o direito integral ao crédito de ICMS, pleiteado em ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito, na qual se discutia o direito à atualização monetária sobre saldos credores originados das apurações mensais de ICMS, determinada pela variação da UFESP, no período de janeiro de 1989 a abril de 1993. Baseada no histórico de impuntualidade nos pagamentos de precatórios emitidos pelo Estado de São Paulo, a Itaútec reconheceu perdas por redução ao valor recuperável (impairment) da totalidade dos referidos créditos.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Tributários	3.079	3.494
Trabalhistas	117	112
	3.196	3.606

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$74.688 (R\$112.041 em 31 de dezembro de 2022), não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização. Referidos créditos, poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para utilização.

Em março de 2023 ocorreu o reconhecimento e a posterior realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo no montante de R\$47.900, conforme evento descrito na nota 10.1.1 (i).

10. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

10.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Nota	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2021		33.057	7.433	1.633	42.124
Causas judiciais					
Constituição		2.408	1.349	-	3.757
Atualização monetária		5.688	584	214	6.486
Reversão		-	(1.628)	-	(1.628)
Pagamentos		(81)	(334)	-	(415)
Subtotal		41.072	7.404	1.847	50.324
(-) Depósitos judiciais (*)		(9.445)	(318)	-	(9.763)
Saldo em 31/12/2022 líquido de depósitos judiciais		31.627	7.086	1.846	40.560
		Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022		41.072	7.404	1.847	50.324
Causas judiciais					
Constituição		1.451	1.161	-	2.612
Atualização monetária		1.681	438	157	2.276
Programa Litígio Zero	10.1.1	(21.750)	-	-	(21.750)
Reversão		-	(1.632)	(2)	(1.634)
Pagamentos		-	(690)	-	(690)
Conversão em renda		(3.219)	-	-	(3.219)
Subtotal		19.235	6.681	2.002	27.919
(-) Depósitos judiciais (*)		(8.259)	(2.520)	-	(10.779)
Saldo em 31/12/2023 líquido de depósitos judiciais		10.976	4.161	2.002	17.139

Saldo em 31/12/2022

	Nota	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022		41.072	7.404	1.847	50.324
Causas judiciais					
Constituição		1.451	1.161	-	2.612
Atualização monetária		1.681	438	157	2.276
Programa Litígio Zero	10.1.1	(21.750)	-	-	(21.750)
Reversão		-	(1.632)	(2)	(1.634)
Pagamentos		-	(690)	-	(690)
Conversão em renda		(3.219)	-	-	(3.219)
Subtotal		19.235	6.681	2.002	27.919
(-) Depósitos judiciais (*)		(8.259)	(2.520)	-	(10.779)
Saldo em 31/12/2023 líquido de depósitos judiciais		10.976	4.161	2.002	17.139

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

10.1.1. Tributários

(i) Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) - "Programa Litígio Zero"

Diante da publicação da Portaria Conjunta RFB/PGFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que estabeleceu a possibilidade de transação tributária de débitos fiscais federais em discussão na esfera administrativa com descontos de até 65% dos débitos, e a possibilidade de liquidação mediante a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, a Companhia avaliou a oportunidade de redução de seus débitos fiscais com os benefícios previstos no PRLF e optou pela liquidação, em 31 de março de 2023, de 34 processos tributários, baixando R\$176.206 de contingência passiva, das quais R\$21.750 estavam classificadas com risco provável, R\$148.562 como risco possível e R\$5.894 como risco remoto.

Após aplicação dos descontos, o valor consolidado foi pago da seguinte forma: (i) R\$47.900 com utilização de créditos de prejuízo fiscal do imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social e, (ii) R\$21.376 em dinheiro.

(ii) PIS e COFINS:

Destaca-se a atuação lavrada em 2015 para cobrança de PIS e COFINS de 2011, no valor atualizado de R\$73.017, dos quais R\$ 9.277 são classificados com risco provável. A cobrança advém de: (i) glosa de créditos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de insumos, e (ii) multa por alegado armazenamento incorreto de informações fiscais, em desconformidade ao previsto na Instrução Normativa nº 86/2001.

A atuação foi parcialmente mantida na primeira instância administrativa e, atualmente, aguarda julgamento de recurso voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF").

10.1.2. Trabalhistas

Os processos trabalhistas judiciais e administrativos são provisionados com base na pretensão formulada pelo reclamante e segundo a avaliação dos assessores jurídicos das provas, documentos e informações transmitidas pela área de recursos humanos e pela área na qual o reclamante estava lotado.

A cada decisão proferida no processo (sentença ou acórdão) os valores contingenciados são revisados periodicamente com a finalidade de tornar a provisão o mais próxima possível do risco efetivo de desembolso por parte da Companhia.

A provisão é atualizada mensalmente por SELIC para os casos que já ocorreram a citação judicial, ou já tiveram sentença transitada em julgado que não havia previsto índice específico, conforme decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"). Para os processos com sentença transitada em julgado em que consta a previsão expressa do indexador e taxa de juros, aplica-se o índice previsto (Taxa Referencial ("TR") ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E")) acrescido de juros de 1% ao mês.

10.2. Passivos contingentes

A Companhia possui processos em discussão, cuja perda foi avaliada como possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributários	96.173	226.034
Cíveis	872	834
Total	97.045	226.868

10.2.1. Tributários

Destacam-se: (i) R\$56.473 referentes às discussões judiciais e administrativas envolvendo glosa de créditos de PIS e COFINS; e (ii) R\$22.016 referentes às discussões administrativas envolvendo indeferimento de compensações realizadas com créditos de tributos federais recuperados judicialmente.

A variação no exercício é decorrente, substancialmente, da adesão da Companhia ao "Programa Litígio Zero", conforme descrito na nota 10.1.1 (i).

10.3. Ativos contingentes

10.3.1. Prováveis

A Companhia possui ativos contingentes oriundos de processos judiciais que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não se encontram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. O montante aproximado, antes dos tributos e custos relacionados, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$155.500 (R\$307.430 em 31 de dezembro de 2022) e, em caso de resolução favorável, a Administração entende que este valor deverá ser recebido a longo prazo.

10.3.1.1. Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus

Em setembro de 2022 a Itaútec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede repercussão geral (Tema 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP). O critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008) só foi definido em setembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo atualizado é de R\$128.797 (R\$114.126 em 31 de dezembro de 2022), que será apurado em processo de execução judicial visando a expedição de precatório, quando então será reconhecido.

10.3.1.2. Bônus do Tesouro Nacional - ("BTN")

A Companhia obteve decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/1990, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito será discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será recebido por meio de precatório judicial.

10.3.2. Possíveis

A Companhia também possui outros potenciais ativos contingentes com probabilidade de êxito classificada como "possível", dentre os quais destacamos os processos abaixo.

10.3.2.1. Sobrepreço na compra de cinescópios e tubos

Em dezembro de 2015, a Itaútec ajuizou ação reparatória na Holanda objetivando o ressarcimento de sobrepreço pago na compra de cinescópios e tubos CRT ("Cathode Ray Tubes") utilizados pela Itaútec na fabricação de televisores e monitores de computador - CPTs e CDTs - em decorrência da conduta cartelizada, no Brasil e no exterior, pelas respectivas fabricantes, no período entre 1995 e 2007.

Em agosto de 2020 a Companhia celebrou Acordo com a LG Electronics Inc. (LG) e reconheceu na rubrica "Outras Receitas e Despesas" o montante de R\$30.980, não descontados os demais custos relacionados ao processo e tributos incidentes.

Em novembro de 2021, a Companhia celebrou Acordo com as empresas Philips e Technicolor (e suas afiliadas) reconhecendo no resultado o montante de R\$82.143 (não descontados os demais custos relacionados ao processo e tributos incidentes). O recebimento do valor estava sujeito à homologação pelo juiz da exclusão das empresas do polo passivo do processo, o que ocorreu em janeiro de 2022, resultando no recebimento efetivo de R\$79.193.

Em outubro de 2022, a Corte da Holanda julgou o mérito da ação de forma favorável para a Companhia. O quantum indenizatório será apurado em sede de perícia.

10.3.2.2. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Refere-se à apuração de crédito de PIS e COFINS advindo do reconhecimento judicial obtido em Mandado de Segurança, no qual pleiteava o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. A decisão tornou-se definitiva após o STF julgar a tese de forma favorável aos contribuintes, em regime de repercussão geral, nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706.

Do valor pleiteado, em 23 de março de 2023 a Fazenda Nacional reconheceu como devido o montante de R\$92.806, resultando no reconhecimento contábil do ativo, dos quais R\$35.592 corresponde ao PIS e COFINS recuperados, e R\$57.213 atualização monetária. Em 09 de maio de 2023 a Companhia entrou com pedido para expedição do precatório e até o momento aguarda a expedição. Em 31 de dezembro de 2023 o montante atualizado é de R\$96.144 (Nota 7).

A Companhia segue discutindo o valor remanescente de R\$89.983, não reconhecido inicialmente pela Fazenda Nacional sob o argumento de que foram valores recolhidos via compensação ou oriundos de saldo credor que não podem compor o indébito tributário. A ITAUTEC apresentou defesa demonstrando a regularidade das compensações e da formação do saldo credor e aguarda julgamento perante a Justiça Federal de São Paulo.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$26.641, representado por 11.072.186 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

11.2. Reservas

	Reservas de lucros			
	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva especial	Total
Saldo em 31/12/2021	2	3.437	47.009	50.446
Dividendos e Juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores	-	-	(47.009)	(47.009)
Absorção de prejuízos	(2)	(3.437)	-	(3.437)
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-
Constituição	-	4.486	63.923	68.409
Sal				


ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

www.itaute.com.br
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

16.1.2. Plano de Benefício Definido - Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Em outubro de 2020 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2017, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de novembro de 2020, no montante de R\$6.282, registrados no Balanço Patrimonial na rubrica "Outros ativos" (Nota 6) em contrapartida do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas", tendo sido o último recebimento desta reserva em outubro de 2023.

Devido a posição superavitária do plano, a Companhia não espera realizar contribuições no exercício de 2024.

Nota	31/12/2023				31/12/2022			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Saldo inicial	(69.456)	104.088	(32.345)	2.287	(66.334)	107.646	(33.377)	7.935
Custo do serviço corrente	(2)			(2)	(2)			(2)
Juros	(6.346)	9.571	(3.102)	123	(5.726)	9.242	(3.059)	457
Retorno sobre os ativos do plano		95		95		997		997
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	5.096			5.096	(9.323)			(9.323)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	(1.769)			(1.769)	4.156			4.156
Mudança no superávit irre recuperável			(2.775)	(2.775)			4.091	4.091
Contribuições pagas pelas patrocinadoras empresa		(3.055)		(3.055)		(6.024)		(6.024)
Benefícios pagos	7.197	(7.197)		-	7.773	(7.773)		-
Saldo final	(65.280)	103.502	(38.222)	-	(69.456)	104.088	(32.345)	2.287
Circulante	6			-				2.287
Não circulante	6			-				-

17. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui cobertura para responsabilidade civil de administradores em montantes considerados adequados pela Administração.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar ou pagos à Itaúsa (Nota 11.3), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Ativo	Natureza	Relacionamento	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de caixa				
Itaú Unibanco	Conta corrente	Controle comum exercido pela Itaúsa	21	627
Total			21	627
Resultado				
Despesas gerais e administrativas				
Itaú Corretora	Prestação de serviços de escrituração de ações	Controle comum exercido pela Itaúsa	(21)	(27)
Itaúsa	Despesa de aluguel	Controladora	(12)	(45)
Total			(33)	(72)

A Companhia possui garantias prestadas pela Itaúsa, representadas por operação de aval garantidor de seguro garantia em processos judiciais, em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$54.959 (R\$40.420 em 31 de dezembro de 2022).

19. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

	2023	2022
Dividendos deliberados não pagos	21.308	-
Total	21.308	-

DIRETORIA

Maria Fernanda Ribas Caramuru Priscila Grecco Toledo Ricardo Egydio Setubal

CONTADORA

 Sandra Oliveira Ramos Medeiros
CRC 1SP 220.957/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Itautec S.A. - Grupo Itautec

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Itautec S.A. - Grupo Itautec ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itautec S.A. - Grupo Itautec em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024


 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

 Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3


Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>